

() Graduação (x) Pós-Graduação

**DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA DAS EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL
BRASILEIRAS: Uma Análise a partir do indicadores da DVA**

Leonardo de Lima Neves
UFMS
leonardo.neves@ufms.br

Sirlei de Andrade Maciel
UFMS
sirlei_a_maciel@hotmail.com

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a distribuição de riqueza gerada, através de indicadores extraídos da DVA, das empresas do setor de construção civil, listadas na B3, no recorte temporal de 2010 a 2019. Ao todo, a amostra da pesquisa foi composta por 23 empresas. Metodologicamente a pesquisa classifica-se como descritiva, quanto ao objetivo; bibliográfica e documental, quanto aos procedimentos; e quantitativa, quanto à abordagem do problema. Os principais resultados encontrados neste estudo foram de que, no período de 2010 a 2019 a metade da riqueza gerada do setor de construção civil foi distribuída com GRCP (gasto com remuneração de capitais próprios), cuja média nesse período foi de 50,4%. Já a destinação de segunda maior parcela da riqueza gerada foi para GRCT (gastos com remuneração de capital de terceiros) onde a média no período é de 27,8%. Seguido pelo GT (gasto com tributos) cuja média no período analisado foi 12,7%. Por fim, a vertente que recebeu a menor parte foi GP (gasto com pessoal), cuja média foi de 9,1%. Assim, este estudo possibilitou a análise da contribuição econômica, financeira e social das empresas que compõem a amostra.

Palavras-chave: Indicadores Sociais; Indicadores; Distribuição da riqueza; Demonstração do Valor Adicionado.

1 INTRODUÇÃO

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) proporciona uma visão holística acerca da real capacidade de uma companhia em gerar riqueza (no sentido de agregar valor em seu patrimônio) e sobre a forma como se distribui essa riqueza entre os diversos agentes (COSENZA e VIEIRA, 2013).

Assim, por meio da DVA, fica evidenciado o valor adicionado gerado (riqueza gerada pela entidade), além de demonstrar aos seus usuários a forma de como aconteceu a distribuição desse valor adicionado, portanto, refere-se a parcela de retorno que os trabalhadores, provedores de capital e o governo receberam (OLIVEIRA e COELHO, 2014).

A DVA era apresentada, até o ano 2007, de forma voluntária por algumas companhias brasileiras (LONDERO; STANZANI e SANTOS, 2019). Foi a partir da Lei nº 11.638/07 que determinou a obrigatoriedade das companhias de capital a publicarem essa demonstração a partir do ano de 2010.

Portanto, o entendimento da geração e distribuição da riqueza torna-se possível por meio da análise de indicadores, sejam eles indicadores de geração de riqueza e/ou indicadores de distribuição de riqueza (GELBCKE *et al.*, 2018).

Pesquisas sobre o tema apontam sobre o relevante conteúdo informacional acerca desse demonstrativo contábil. A pesquisa de Santos, Botinha e Lemes (2019) informa que há uma preocupação em relação à divulgação sobre a riqueza gerada pela empresa, onde, o teor da DVA leva a uma maior transparência das empresas, de forma que é possível influenciar nas decisões dos investidores.

Complementando, Machado e Macedo (2015) apontam que a DVA possui relevante conteúdo informacional, onde também é levantada a hipótese que essa demonstração tem denotado utilidade ao investidor. Já Kroetz e Neumann (2008) destacam a necessidade de ampliar a proposta de pesquisa dessa demonstração, para que sua relevância informacional contribua mais com o desenvolvimento da ciência.

Nesse sentido, à luz dessas considerações, a questão de pesquisa orientativa da presente investigação é a seguinte: **como está distribuída a riqueza gerada pelas empresas do setor de construção civil, listadas na B3, no período de 2010 a 2019?** Destarte, este trabalho tem como objetivo principal analisar a distribuição de riqueza gerada, através de indicadores extraídos da DVA, das empresas do setor de construção civil, listadas na B3.

A realização deste trabalho justifica-se na importância da investigação de retorno econômico, financeiro e social para as principais partes interessadas na atividade do setor de

construção civil. Além disso, no campo social, a pesquisa contribui ao buscar demonstrar para a sociedade como as empresas desse segmento estão gerindo e distribuindo as riquezas geradas.

O presente estudo possibilitou contribuir para a análise e compreensão das distribuições das riquezas realizadas pelas entidade do setor de construção civil, e de que forma o setor foi capaz de colaborar no aspecto econômico, financeiro e social.

Portanto, a pesquisa está organizada em mais cinco seções, além desta introdução. A seção dois apresenta o referencial teórico. Na terceira seção apresenta os procedimentos metodológicos utilizados. Na seção quatro são apresentados os dados e o resultado das análises. Na seção cinco consta a conclusão da presente pesquisa.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Nesta seção, para fundamentação, são abordados os conceitos da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), conceitos de valor adicionado, geração de riqueza e a distribuição do valor adicionado. Após serão apresentados os estudos anteriores que se propuseram a realizar análise da distribuição da riqueza a partir da DVA.

2.1 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)

No início da década de 60, na Alemanha, França e Inglaterra, a partir dos movimentos sociais, surge a DVA, pois esses movimentos passaram a exigir informações relativas à remuneração, encargos sociais, formação profissional, condições de higiene e segurança no trabalho (COUTO, 2020).

Um dos primeiros autores a utilizar o conceito de valor adicionado, de acordo com Van Staden (2000), foi Suojanen, em uma pesquisa publicada no ano de 1954. Assim, Suojanen (1954, p. 396), relata que “a demonstração do valor adicionado seria um relatório complementar de análise do valor agregado na produção e sua origem ou da distribuição entre os participantes da organização”.

Complementando e corroborando, Bao e Bao (1998), afirmam que o que o valor adicionado mensura a contribuição que uma entidade possa distribuir para a sociedade, pois demonstra como benefícios oriundos dos esforços das empresas foram partilhados entre suas partes interessadas.

Portanto, em relação ao aspecto social, esse pode ser identificado na na distribuição do valor adicionado, pois encontra-se a parte referente a cada agente do processo produtivo da riqueza gerada pela companhia (CUNHA, 2002).

De acordo com Santos (2003, p.35), a DVA “é a forma mais competente criada pela

contabilidade, para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração, bem como de distribuição, da riqueza de uma entidade”.

A contabilidade tem se tornado cada vez mais um instrumento ativo e reconhecido na gestão e na mudança social, onde a DVA exemplifica essa relação entre a perspectiva social e a contabilidade (RIAHI-BELKAOUI, 1999).

No contexto nacional, foi a partir de 2008, com a instituição da Lei n. 11.638/07, que alterou a Lei n. 6.404/76, onde foi incluída a DVA, como um demonstrativo obrigatório para as companhias abertas brasileiras.

Essa demonstração divide-se em dois grupos, onde o primeiro evidencia a riqueza gerada pela companhia, já o segundo demonstra como ocorreu a distribuição dessa riqueza para as partes interessadas (DALLABONA; MASCARELLO; KROETZ, 2014).

Uma vez conhecido o valor adicionado do período, este será destinado para todos os agentes que contribuíram para a sua geração. Os critérios que são utilizados como base são distintos, variando conforme o ambiente da entidade (COSENZA, 2003).

Em relação ao valor adicionado (riqueza) distribuído, este é destinado aos agentes econômico que são: Pessoal e Encargos (funcionários) ; Impostos, Taxas e Contribuições (governo); Juros e Aluguéis; Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos (credores financeiros); e Lucros Retidos/Prejuízos do Exercício(proprietários e/ou acionistas) (COUTO, 2020; COSENZA, 2003).

Alguns autores conceituam o objetivo deste demonstrativo. Gelbcke *et al.* (2018) relata que o objetivo é evidenciar, sobretudo, a riqueza econômica pelas atividades das companhias como resultante de um esforço coletivo e sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a sua criação.

Já para Ricarte (2005), a DVA tem um papel de complementar o Balanço Social e utiliza-se de uma linguagem simples para revelar o quanto de riqueza foi gerado para a sociedade, o governo, a remuneração do capital próprio e a de terceiros.

Para Alexandre e Lorandi (2010), é um instrumento de transparência na relação entre organização e a sociedade, sendo obrigatória para as companhias de capital aberto, conforme as normas contábeis no Brasil, porém o *International Accounting Standards Board* (IASB) apenas incentiva a publicação por parte das empresas.

As medidas de desempenho, extraídas da DVA, têm-se revelado como úteis para tomada de decisão. Bao e Bao (1998) relata que estudos realizados têm mostrado que o valor adicionado é uma medida útil de desempenho a ser utilizada pelas empresas. Já Keira e Pereira (2010), os indicadores esclarecem e comunicam as estratégias tomadas pelas companhias, associando os

objetivos estratégicos com as suas metas.

Nesse sentido, alguns indicadores podem ser extraído da DVA, tais como: gastos com pessoal (GP); gastos com tributos (GT); gasto com remuneração de capital de terceiros (GRCT); gasto com remuneração de capital próprio (GRCP) (SILVA *et al.*, 2020; GELBCKE *et al.*, 2018; KREUZBERG; HEIN; e RODRIGUES JÚNIOR, 2015).

2.2 ESTUDOS ANTERIORES

Alguns estudos são evidenciados na literatura nacional que contemplem sobre análise da distribuição de riqueza por meio da DVA (GUESSER; FEDRIGO e EINSWEILLER, 2018; SOUSA e FARIA, 2018; GOULART *et al.*, 2019; SILVA *et al.*, 2020; HOSSER *et al.*, 2020; GONÇALVES PEREIRA; SANTOS E BONFIM, 2021; CURSINO *et al.*, 2022.).

Por exemplo, o trabalho de Guesser, Fedrigo e Einsweiller (2018) teve o objetivo classificar valores gerados e distribuídos, bem como demonstrar os percentuais da distribuição da riqueza das 23 empresas catarinenses de capital aberto, referente aos anos de 2010 a 2015. Os resultados evidenciaram que os percentuais mais significativos de distribuição, segundo o segmento mercadológico, estão relacionados a pagamento de despesas com pessoal (aspecto social) e quanto ao ramo de atuação, a distribuição mais relevante está relacionada à remuneração de capitais próprios (aspecto financeiro).

Já na pesquisa de Sousa e Faria (2018), cujo objetivo foi analisar as DVA publicadas pelas companhias de capital aberto componentes da carteira 2018 do índice Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE-B3). Foram usados indicadores de geração e distribuição de riqueza como variáveis na análise da pesquisa. A análise contemplou a amostra de 30 companhias listadas na carteira de 2018 do ISE e 30 companhias não ISE listadas na B3 no período de 2014 a 2018. Conclui-se assim que o fato das empresas, pertencerem ou não ao ISE, não afetou significativamente a DVA dessas empresas, considerando os indicadores utilizados na pesquisa.

O objetivo do estudo de Goulart *et al.* (2019) foi analisar a distribuição de riqueza gerada por empresas classificadas como as melhores para trabalhar dos anos de 2016, 2015 e 2014. Por meio da amostra de empresas obtida, averiguou-se que o grupo que mais obteve destinações de acordo com a média de todas as empresas e os demais métodos aplicados para atestar as hipóteses levantadas foi o grupo “Pessoal”.

A pesquisa de Silva *et al.* (2020) teve como objetivo apresentar a geração e a distribuição do valor adicionado gerado pelas organizações de capital aberto segmentadas como seguradoras e listadas na B3 no período de 2015 a 2017. Em relação à distribuição de valor notou-se que a

maior parcela foi destinada à formação de reservas de lucros, sendo também uma considerável quantia destinada aos acionistas. De forma geral, o governo e os funcionários foram os que menos se beneficiaram do valor adicionado.

No trabalho de Hosser *et al.* (2020) cujo objetivo foi verificar como as empresas distribuem suas riquezas, com uma amostra de 47 empresas dos dois Níveis de Governança, divulgados na B3, para os anos de 2015, 2016 e 2017. Em ambos os Níveis, analisando a média de riqueza distribuída, em 2015, os terceiros receberam a maior parte da riqueza, e, em 2016 e 2017, a maior parte da riqueza foi distribuída para o Governo.

O estudo de Gonçalves Pereira, Santos e Bonfim (2021) a análise, a partir da DVA, foi feita utilizando-se os dados de 18 empresas distribuidoras de energia elétrica listadas na B3 entre os anos de 2013 a 2017, com o objetivo de verificar como essas empresas distribuem suas riquezas entre os agentes. Os resultados da pesquisa demonstraram que os segmentos que obtiveram a maior distribuição de riqueza gerada pelas empresas foi o governo, se destacando com mais da metade da distribuição, e o de remuneração de capitais de terceiros.

Por fim, a pesquisa de Cursino *et al.* (2022) objetivou identificar e caracterizar os clusters formados com a utilização de índices de geração e distribuição de riquezas das empresas brasileiras de capital aberto listadas na B3. Foram coletados os dados dos demonstrativos contábeis relativos ao ano de 2018, tendo sido utilizada uma amostra de 209 empresas. Em relação aos indicadores de distribuição de riqueza, os resultados principais apontam que a maior parte da riqueza é destinada a pessoal, terceiros e tributos.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como proposta analisar a distribuição de riqueza gerada, das empresas do setor de construção civil, listadas na B3, uma vez que esse setor ainda não foi explorado pela literatura. A análise será feita através de indicadores extraídos da DVA, tal como a pesquisa de Sousa e Faria (2018), Cursino *et al.* (2022), porém com recorte temporal no total de dez anos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa classifica-se como descritiva, quanto ao objetivo; bibliográfica e documental, quanto aos procedimentos; e quantitativa, quanto à abordagem do problema. Indo de acordo com o perfil das pesquisas semelhantes a esta, cujo objeto de estudo foi a DVA (NEVES; MACIEL e SANTOS, 2022). A população do estudo compreende todas as empresas do setor de construção civil, de capital aberto, listadas na B3.

Foi utilizada a segregação setorial proposta pela *Significa North America Industrial Classification* (NAICS), onde o setor é identificado pelo código 23. No primeiro momento

havia 44 empresas, esse número foi reduzido a 23, por considerar somente as empresas que possuíam informações completas no recorte temporal de 2010 a 2019, no Quadro 1 constam as empresas que compõem a amostra do estudo.

Quadro 1: Exemplo

n°	Empresa	Pregão	n°	Empresa	Pregão
1	Azevedo	AZEV	13	MRV	MRVE
2	Const A Lind	CALI	14	Neumarkt Trade And Fin S/A	NMRT
3	Cr2	CRDE	15	PDG Realt	PDGR
4	Cyrela Realt	CYRE	16	Portuense Ferragens S/A	POFE
5	Direcional	DIRR	17	Rni	RDNI
6	Even	EVEN	18	Rossi Resid	RSID
7	Eztec	EZTC	19	Sultepa	SULT
8	Gafisa	GFSA	20	Tecnisa	TCSA
9	Helbor	HBOR	21	Tenda	TEND
10	JHSF Part	JHSF	22	Trisul	TRIS
11	Mendes Jr	MEND	23	Viver	VIVR
12	Moura Dubeux	MDNE	-	-	-

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

A escolha do recorte do tempo deu-se por se tratar do período quando por força da convergência e harmonização aos padrões e normas contábeis internacionais – imposta pela Lei 11.638 de 2007 (que alterou a Lei 6.404 de 1976) sob a tutela da Instrução CVM (Comissão de Valores Mobiliários) nº 457 de 2007 –, as empresas, brasileira, de capital aberto estariam obrigadas a partir de 2010, a elaborarem e divulgarem a DVA.

Em relação aos dados, foram selecionados quatro índices relacionados à distribuição de riqueza da organização. Os dados foram calculados pelos autores com auxílio de uma planilha eletrônica cujas informações foram oriundas da Demonstração do Valor Adicionado, disponibilizadas pelas empresas no *website* da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). No Quadro 2 demonstra os indicadores utilizados.

Quadro 2: Fórmula dos Indicadores Utilizados

Índices	Fórmula	Autores
Quociente entre gastos com pessoal e valor adicionado (GP)	$(\text{Gastos com pessoal} / \text{Valor adicionado}) \times 100$	Gelbecke <i>et al.</i> (2018), Kreuzberg, Hein, e Rodrigues Júnior, (2015) e Silva <i>et al.</i> (2020).
Quociente entre gastos com tributos e valor adicionado (GT)	$(\text{Gastos com tributos} / \text{Valor adicionado}) \times 100$	Gelbecke <i>et al.</i> (2018), Kreuzberg, Hein, e Rodrigues Júnior, (2015) e Silva <i>et al.</i> (2020).
Quociente entre gasto com remuneração de capital de terceiros e	$(\text{Gastos com remuneração de capital de terceiros} /$	Gelbecke <i>et al.</i> (2018) e Silva <i>et al.</i> (2020).

valor adicionado (GRCT)	Valor adicionado)x 100	
Quociente entre gasto com remuneração de capital próprio e valor adicionado (GRCP)	(Gastos com remuneração de capital próprio/ Valor adicionado)x 100	Gelbcke <i>et al.</i> (2018) e Silva <i>et al.</i> (2020).

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Para cálculo dos indicadores, foram coletadas as seguintes informações: 7.07 - Valor Adicionado Total a Distribuir; 7.08.01 - Pessoal; 7.08.02 - Impostos, Taxas e Contribuições; 7.08.03 - Remuneração de Capitais de Terceiros e 7.08.04 - Remuneração de Capitais Próprios. Assim, a análise dos dados deu-se também, através da estatística descritiva, onde foram analisados os valores da média, mediana, mínimo, máximo e desvio padrão.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta seção serão apresentadas: as análises das estatísticas descritivas dos indicadores extraídos da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e discussão dos resultados. Ressalta-se que a análise será realizada por indicador.

4.1 ANÁLISE DOS DADOS - GP

O primeiro índice, GP (gastos com pessoal), demonstra quanto da riqueza gerada é direcionada aos empregados, sendo possível visualizar a eficiência da mão de obra utilizada pela empresa (SANTOS, 2018; GELBCKE *et al.*, 2018).

No ponto de vista dos *stakeholders*, segundo Cosenza e Kroetz (2003), esse indicador torna-se útil para os empregados cujas informações podem ser utilizadas nas negociações salariais. Assim, no Quadro 3 é demonstrado os indicadores de GP das empresas de construção civil brasileiras no período de 2010 a 2019.

Quadro 3: Indicadores GP e estatísticas descritivas.

Pregão	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
AZEV	60,40	58,11	58,59	60,43	64,25	64,35	143,83	-2008,42	-375,55	-48,38
CALI	46,72	113,80	58,58	49,28	58,91	49,30	50,03	65,88	75,98	-222,36
CRDE	9,75	16,83	51,45	52,58	-91,39	-35,90	-18,64	207,23	-34,30	279,00
CYRE	19,93	22,58	20,51	20,68	20,65	21,01	31,69	44,51	39,23	20,88
DIRR	30,52	50,69	51,75	53,84	48,75	52,16	60,33	88,35	63,58	39,50
EVEN	17,27	22,48	21,78	26,70	31,23	36,25	45,33	-483,84	120,19	24,97
EZTC	11,23	9,23	11,65	9,87	14,67	12,76	17,54	12,81	23,61	15,74
GFSa	26,99	198,14	37,47	15,60	28,66	19,63	-18,88	-25,99	-170,64	17,64
HBOR	4,62	5,20	4,71	6,10	8,33	12,69	29,41	-18,22	-19,36	24,30
JHSF	12,25	10,74	12,29	12,42	19,04	6,39	158,86	31,38	23,21	15,04
MEND	0,30	0,37	-1,00	4,27	3,15	22,89	-1,78	-0,09	-0,39	-0,23

MDNE	18,91	19,76	34,32	39,93	36,94	37,23	64,94	39,51	117,47	30,68
MRVE	16,10	16,73	22,93	30,36	31,78	35,46	32,26	29,05	32,01	34,99
NMRT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13,16	-3,91
PDGR	14,02	12,02	-20,23	27,02	25,52	-7,87	-2,58	4,08	-23,18	-10,26
POFE	60,82	59,57	46,21	48,96	67,95	76,29	92,97	73,45	91,31	124,81
RDNI	18,96	18,24	14,15	14,47	19,30	24,97	-442,93	-94,86	29,74	13,93
RSID	21,94	26,52	38,12	24,18	348,26	84,53	-230,88	120,20	-4,27	-10,95
SULT	19,03	27,89	41,51	32,42	28,29	11,69	14,31	21,31	22,20	-111,43
TCSA	10,42	14,21	468,62	13,70	16,31	13,23	-12,46	-8,15	-17,94	-23,76
TEND	25,72	30,07	61,01	48,54	93,26	33,19	31,36	37,91	31,68	28,94
TRIS	15,29	17,88	14,01	14,22	19,38	20,36	18,92	12,33	9,92	13,38
VIVR	26,24	29,07	-31,43	33,70	-679,05	-45,41	-5,83	-16,51	-34,89	-7,12
Estatística descritiva										
Média	21,19	33,92	44,22	27,79	9,31	23,70	2,51	-81,22	0,56	10,67
Mediana	18,91	19,76	22,93	26,70	25,52	21,01	18,92	12,81	22,20	15,04
Mínimo	0,00	0,00	-31,43	0,00	-679,05	-45,41	-442,93	-2008,42	-375,55	-222,36
Máximo	60,82	198,14	468,62	60,43	348,26	84,53	158,86	207,23	120,19	279,00
Des. Padrão	15,68	42,56	93,71	17,49	164,15	30,12	118,32	427,78	99,24	84,24

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Ao iniciar a análise, conforme o Quadro 3, verifica-se que em relação à média do período analisado houve um crescimento no período de 2010 a 2013, onde esse último período se destacou por ser o maior valor médio do recorte temporal. Nos demais anos, entre 2014 a 2019, nota-se que foi intervalo de instabilidade onde houve crescimento e queda no valor médio do índice.

Verifica-se também que a mediana ficou em torno de 12,81 e 26,70, no período de tempo analisado, podendo ser esse o índice padrão do setor, onde a mediana é a medida preferível da posição central (ANDERSON; SWEENEY, 2008).

Já em relação ao menor valor do conjunto de dados, percebe-se que no ano de 2017 a empresa AZEV apresentou um valor de -2008,42 para o indicador de GP, sendo a menor medida para o período. A empresa TCSA, no ano de 2012, teve o maior valor médio no período, cujo valor foi de 468,62.

4.2 ANÁLISE DOS DADOS - GT

Já o segundo indicador, GT, evidencia quanto da riqueza gerada está direcionada ao Governo em forma de impostos, taxas e contribuições entre outros. Este índice mede a carga tributária da empresa, possibilita também ao Governo o avaliar informações de forma setorial por meio desta carga tributária (COSENZA e KROETZ, 2003; SANTOS, 2018; GELBCKE *et al.*, 2018). No Quadro 4, é apresentado as medidas de GT.

Quadro 4: Indicadores GT e estatísticas descritivas.

Pregão	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
AZEV	23,22	28,31	28,76	29,43	27,94	28,59	2,65	-177,33	-402,43	-14,73
CALI	15,79	19,44	23,34	4,11	19,55	19,30	36,95	9,96	6,70	-10,05
CRDE	24,21	20,48	29,48	-9,46	-127,43	-53,98	-104,26	154,05	-11,94	257,12
CYRE	22,95	30,22	18,36	17,16	15,88	15,53	18,04	26,25	30,07	17,06
DIRR	13,65	10,16	7,87	9,73	12,36	14,28	20,56	31,18	33,10	21,86
EVEN	28,19	25,99	19,61	19,04	18,85	23,23	30,50	-291,20	75,39	22,59
EZTC	16,41	12,71	7,88	9,52	9,94	11,40	13,98	3,83	19,83	9,55
GFSA	20,39	484,56	34,20	14,48	29,52	22,75	-31,21	-12,29	-184,32	5,21
HBOR	26,87	26,87	28,39	14,65	21,46	28,70	62,56	-23,10	-19,34	45,47
JHSF	18,52	14,83	24,63	27,58	25,73	28,62	-4,51	33,69	14,13	28,59
MEND	27,18	27,53	82,63	-123,66	4,31	8,77	-0,93	-0,08	-0,28	-0,21
MDNE	17,92	24,22	14,95	15,12	13,44	15,53	28,39	-9,25	40,59	16,22
MRVE	21,14	20,57	18,34	15,85	15,52	19,14	20,17	19,07	20,01	21,35
NMRT	-23,89	96,91	11,64	34,56	43,57	30,49	-149,48	-12,68	29,47	-8,19
PDGR	19,48	24,56	-39,46	30,69	37,67	-8,65	-0,55	59,42	9,77	-5,37
POFE	40,21	27,93	28,61	36,25	25,64	30,50	46,18	43,64	36,16	39,79
RDNI	37,23	39,28	24,82	19,61	28,21	41,44	-609,79	-138,75	38,78	26,66
RSID	24,10	26,72	28,21	20,81	253,24	48,69	-101,55	54,87	-5,36	-2,95
SULT	28,76	20,07	39,50	33,52	28,69	12,04	36,81	50,68	12,17	-216,55
TCSA	24,45	24,82	317,80	15,74	19,47	15,22	-7,81	-5,29	-12,05	-11,94
TEND	33,07	32,48	56,03	47,90	107,22	35,70	34,70	26,22	18,47	17,18
TRIS	24,45	53,95	25,97	20,90	25,39	23,59	33,03	26,31	20,69	15,57
VIVR	23,69	27,99	-18,08	53,29	-222,26	-12,46	0,48	90,72	-52,71	0,42
Estatística descritiva										
Média	22,09	48,72	35,37	15,51	18,87	17,32	-27,18	-1,74	-12,31	11,94
Mediana	23,69	26,72	24,82	19,04	21,46	19,30	13,98	19,07	14,13	15,57
Mínimo	-23,89	10,16	-39,46	-123,66	-222,26	-53,98	-609,79	-291,20	-402,43	-216,55
Máximo	40,21	484,56	317,80	53,29	253,24	48,69	62,56	154,05	75,39	257,12
Des. Padrão	11,67	94,45	64,24	32,60	79,17	20,37	134,10	89,45	95,77	71,66

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

De acordo com o Quadro 4, nota-se que em relação à média do período analisado, nota-se que foi um intervalo de instabilidade onde houve crescimento e queda no valor médio do índice.

Pode-se realizar um comparativo entre todas as empresas, através da mediana como métrica (ANDERSON; SWEENEY, 2008), os melhores índices da amostra são aqueles com valores igual ou superior ao resultado da mediana, onde valor essa medida ficou em torno de 13,98 e 26,72, no período de tempo analisado.

Já em relação ao menor valor do conjunto de dados, percebe-se que no ano de 2016 a

empresa RDNI apresentou um valor de -609,79 para o indicador de GP, sendo a menor medida para o período. A empresa GFSA, no ano de 2011, teve o maior valor no período, cujo valor foi de 484,56.

4.3 ANÁLISE DOS DADOS - GRCT

O GRCT apresenta a destinação da riqueza gerada à juros e aluguéis. Assim, este índice demonstra o valor da riqueza direcionada aos financiadores externos de capital (SANTOS, 2018; GELBCKE *et al.*, 2018). De acordo com o Quadro 5 ficam demonstrado os indicadores de GRCT das empresas de construção civil brasileiras no período de 2010 a 2019.

Quadro 5: Indicadores GRCT e estatísticas descritivas.

Pregão	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
AZEV	5,83	5,37	5,20	4,19	3,66	6,17	27,57	-587,32	-93,27	-104,43
CALI	126,86	23,67	6,75	2,13	1,51	0,96	1,21	1,45	0,93	-1,27
CRDE	22,64	39,60	141,77	119,48	-142,88	-29,32	-1,81	16,39	-73,12	352,51
CYRE	5,04	6,87	13,58	10,38	15,23	21,93	24,17	31,19	29,52	13,60
DIRR	1,38	3,15	2,24	4,24	10,90	13,14	19,36	41,79	28,86	16,65
EVEN	11,91	12,79	10,15	6,60	6,86	9,97	11,49	-107,02	57,58	18,70
EZTC	1,06	1,73	1,43	0,87	0,61	1,46	5,56	5,88	9,83	2,42
GFSA	29,93	459,24	41,85	22,46	49,55	45,93	-40,85	-71,49	-495,72	87,23
HBOR	4,85	5,04	8,06	8,58	14,21	30,20	141,75	-101,61	-111,86	91,09
JHSF	20,72	27,92	19,61	15,71	46,27	46,59	300,56	42,97	22,80	12,71
MEND	20,58	17,34	-143,97	494,92	451,60	7283,98	-827,19	-81,34	-455,00	-120,01
MDNE	11,01	18,18	17,06	22,46	31,86	28,75	65,47	65,27	269,26	99,88
MRVE	15,66	21,12	25,05	26,87	18,22	16,67	17,37	19,17	16,45	13,87
NMRT	76,52	50,50	1055,60	41,57	227,62	288,61	745,36	5,39	268,86	-87,11
PDGR	15,81	19,68	-39,47	56,96	102,09	-61,41	-21,76	24,95	-256,38	-128,24
POFE	11,34	3,86	1,82	1,04	3,07	2,63	8,87	11,44	5,25	9,56
RDNI	0,00	0,00	9,79	14,73	12,15	22,96	-419,02	-195,59	92,99	57,99
RSID	29,02	39,34	57,13	48,50	568,11	305,63	-1008,27	991,74	-38,95	-129,79
SULT	33,81	51,49	83,10	55,82	68,96	54,38	14,26	81,70	20,03	-87,27
TCSA	9,46	13,79	467,61	19,43	14,59	13,94	-18,61	-25,25	-63,13	-46,81
TEND	17,63	7,99	40,59	44,69	125,05	20,31	20,86	12,95	11,31	13,23
TRIS	36,24	57,80	24,58	19,77	17,98	27,58	42,55	21,17	11,52	8,53
VIVR	22,02	112,17	-124,78	296,56	-5254,01	-420,35	-88,43	-191,99	-568,98	-35,30
Estatística descritiva										
Média	23,01	43,42	74,99	58,17	-156,82	336,12	-42,59	0,51	-57,01	2,51
Mediana	15,81	18,18	13,58	19,77	15,23	20,31	11,49	11,44	9,83	9,56
Mínimo	0,00	0,00	-143,97	0,87	-	-420,35	-1008,27	-587,32	-568,98	-129,79

					5254,0 1					
Máximo	126,86	459,24	1055,6 0	494,92	568,11	7283,98	745,36	991,74	269,26	352,51
Des. Padrão	27,33	92,11	235,68	111,32	1096,9 5	1486,58	331,01	251,54	204,26	100,46

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Assim, de acordo com Quadro 5, verifica-se que em relação à média do período analisado houve um crescimento no período de 2010 a 2013. Já o ano de 2015 se destacou por ser o maior valor médio do recorte temporal. Nos demais anos, entre 2014 a 2019, nota-se que foi intervalo de instabilidade onde houve crescimento e queda no valor médio do índice.

Verifica-se também que a mediana ficou em torno de 9,56 e 20,31, no período de tempo analisado, podendo ser esse o índice padrão do setor, onde a mediana é a medida preferível da posição central (ANDERSON; SWEENEY, 2008).

Já em relação ao menor valor do conjunto de dados, percebe-se que no ano de 2014 a empresa VIVR evidenciou um valor de -5254,01 para o indicador de GRCT, sendo a menor medida para o período. A empresa MEND, no ano de 2015, teve o maior valor médio no período, cujo valor foi de 7283,98.

4.4 ANÁLISE DOS DADOS - GRCP

Por fim, o GRCP representa a evolução e tendência de como a riqueza é distribuída aos acionistas (SANTOS, 2018; GELBCKE *et al.*, 2018). Cosenza e Kroetz (2003) complementam que essas informações são úteis para os acionistas, que realizam análises do retorno que estão obtendo com os seus investimentos. No Quadro 5, é apresentado as medidas de GRCP.

Quadro 6: Indicadores GRCP e estatísticas descritivas.

Pregão	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
AZEV	10,55	8,21	7,44	5,95	4,15	0,89	-74,06	2873,07	971,25	267,54
CALI	-89,37	-56,91	11,33	44,48	20,03	30,44	11,80	22,71	16,40	333,69
CRDE	43,40	23,09	-122,70	-62,61	461,70	219,19	224,71	-277,67	219,36	-788,62
CYRE	52,08	40,33	47,54	51,78	48,24	41,52	26,10	-1,96	1,18	48,47
DIRR	54,45	36,01	38,14	32,19	27,98	20,42	-0,25	-61,31	-25,55	21,99
EVEN	42,63	38,74	48,46	47,67	43,06	30,54	12,67	982,06	-153,17	33,74
EZTC	71,30	76,33	79,04	79,74	74,77	74,38	62,91	77,48	46,73	72,29
GFS A	22,68	- 1041,9 5	-13,52	47,45	-7,72	11,70	190,94	209,77	950,68	-10,08
HBOR	63,66	62,88	58,84	70,68	56,00	28,41	-133,72	242,93	250,56	-60,85
JHSF	48,38	46,51	43,48	44,29	-7,99	-16,81	293,00	-38,41	39,86	43,66
MEND	51,94	54,76	162,34	-275,53	-359,05	-7215,64	929,89	181,51	555,67	220,46

MDNE	52,17	37,85	33,68	22,50	17,76	18,50	-58,81	4,47	-327,32	-46,79
MRVE	47,11	41,58	33,69	26,93	34,48	28,73	30,20	32,71	31,54	29,78
NMRT	47,37	-47,42	-967,24	23,87	-171,18	-219,10	-495,88	107,29	-211,49	199,22
PDGR	50,69	43,74	199,16	-14,67	-65,29	177,94	124,89	11,55	369,78	243,87
POFE	-12,37	8,64	23,36	13,75	3,34	-9,42	-48,01	-28,53	-32,73	-74,16
RDNI	43,81	42,48	51,24	51,19	40,34	10,63	1571,75	529,20	-61,51	1,42
RSID	24,94	7,43	-23,46	6,50	-	1069,61	-338,85	1440,70	-1066,80	148,59
SULT	18,40	0,55	-64,11	-21,76	-25,94	21,89	34,63	-53,70	45,60	515,25
TCSA	55,68	47,17	-	51,14	49,62	57,61	138,88	138,70	193,12	182,51
TEND	23,58	-170,54	-57,63	-41,13	-225,53	10,80	13,09	22,92	38,55	40,65
TRIS	24,02	-29,63	35,45	45,11	37,25	28,47	5,50	40,20	57,88	62,52
VIVR	28,04	-69,23	274,29	-283,55	6255,32	578,21	193,79	217,78	756,58	142,00
Estatística descritiva										
Média	33,70	-34,76	-54,57	-1,48	227,90	-278,68	195,42	181,13	168,76	74,88
Mediana	43,81	36,01	33,69	26,93	20,03	21,89	30,20	32,71	45,60	48,47
Mínimo	-89,37	1041,95	1154,04	-283,55	1069,61	-7215,64	-495,88	-1066,80	-327,32	-788,62
Máximo	71,30	76,33	274,29	79,74	6255,32	578,21	1571,75	2873,07	971,25	515,25
Des. Padrão	32,20	221,39	322,21	92,18	1310,94	1487,24	469,04	665,70	334,47	231,35

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

De acordo com o Quadro 6, nota-se que em relação à média do período analisado, nota-se que foi um intervalo de instabilidade onde houve crescimento e queda no valor médio do índice.

Pode-se realizar um comparativo entre todas as empresas, através da mediana como métrica (ANDERSON; SWEENEY, 2008), os melhores índice da amostra são aqueles com valores igual ou superior ao resultado da mediana, onde valor essa medida ficou em torno de 20,03 e 48,47, no período de tempo analisado.

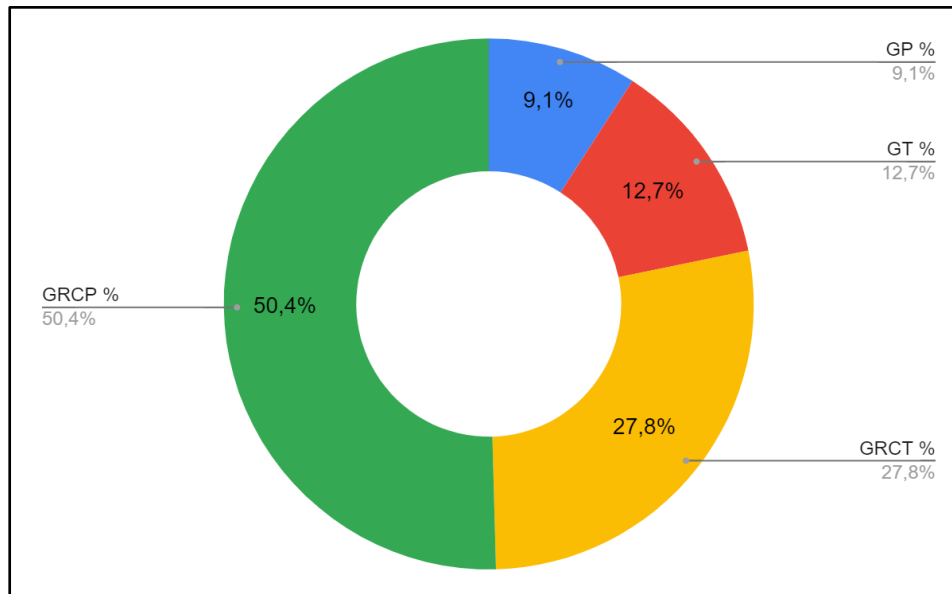
Já em relação ao menor valor do conjunto de dados, percebe-se que no ano de 2015 a empresa MEND apresentou um valor de -7215,64 para o indicador de GRCP, sendo a menor medida para o período. A empresa VIVR, no ano de 2014, teve o maior valor no período, cujo valor foi de 6255,32.

4.5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir dos dados apresentados, foi elaborada a média do recorte temporal de 2010 a

2019, das empresas de construção civil que fazem parte da amostra. Desse modo, conforme a Figura 1.

Figura 1: Média da distribuição da riqueza para os agentes no período de 2010 a 2019.



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

De acordo com a Figura 1, foi demonstrado, com base nos resultados deste estudo, que distribuição da riqueza gerada pelas companhias do setor de construção civil, no recorte temporal de 2010 a 2019, ocorreu da seguinte forma, 9,1% foi para o grupo de pessoal, 12,7% do valor adicionado foi destinado ao Estado, por meio de tributos, 27,8% destino-se para grupo de remuneração de capital de terceiros, e por fim, a maior parte foi distribuída com gasto com remuneração de capitais próprios.

Em comparação aos estudos anteriores, o resultado em relação ao índice GP é diferente do que foi encontrado nos estudos de Guessser, Fedrigo e Einsweiller (2018), Goulart *et al.* (2019), Gonçalves Pereira, Santos e Bonfim (2021) e Cursino *et al.* (2022).

Onde, os percentuais mais significativos da distribuição da riqueza foi para o grupo de pessoal para as empresas catarinenses de capital aberto, as empresas classificadas como as melhores para trabalhar dos anos de 2016, 2015 e 2014 e distribuidoras de energia elétrica.

Porém se assemelha ao estudo de Silva *et al.* (2020), onde a empresa seguradoras e listadas na B3, foram menos beneficiadas em relação a distribuição da riqueza com pessoal, no período de 2015 a 2017.

Já em relação ao GP, o resultado da presente pesquisa foi semelhante, em alguns anos, ao de Guessser, Fedrigo e Einsweiller (2018), que analisaram as empresas catarinenses de capital aberto. Já para o setor de empresas de seguradoras e listadas na B3, o resultado de Silva *et al.*

(2020) apresentou a mesma situação que as empresas de construção civil. Já nas distribuidoras de energia elétrica, a maior parte da distribuição de riqueza foi para o governo, conforme Gonçalves Pereira, Santos e Bonfim (2021), diferente do setor de construção civil.

Para medida de GRCT, o resultado do estudo é semelhante a pesquisa de Guessser, Fedrigo e Einsweiller (2018), Silva *et al.* (2020) e Gonçalves Pereira, Santos e Bonfim (2021), onde foi destinada a segunda maior parcela da riqueza gerada pelas organizações.

Por fim, a medida GRCP, onde foi destinada a maior parte do valor adicionado das empresas do setor de construção civil, nota-se que a pesquisa de Silva *et al.* (2020) assemelha-se com esta. Já nos trabalhos de Guessser, Fedrigo e Einsweiller (2018) e Gonçalves Pereira, Santos e Bonfim (2021) o cenário é diferente do que foi encontrado para as empresas de construção.

De modo geral, os indicadores sociais, através da DVA, auxiliam os gestores, que utilizam-na como instrumentos de tomada de decisão e a sociedade, a qual consegue ponderar a representatividade das companhias na criação de valor e riqueza gerada (COSENZA e KROETZ, 2003).

5 CONCLUSÕES

O presente estudo teve como objetivo principal analisar a distribuição de riqueza gerada, através de indicadores extraídos da DVA, das empresas do setor de construção civil, listadas na B3. Com isso, a amostra da pesquisa foi formada por 23 empresas pertencentes a esse setor. Foram selecionados quatro índices acerca da distribuição da riqueza e feita uma análise setorial.

Para o primeiro indicador GP (Gasto com Pessoal) observa-se que o valor médio do setor para o período foi de: 21,19% para o ano de 2010; 33,92% para 2011; 44,22% para 2012; 27,79% para 2013; 9,31% para 2014; 23,70% para 2015; 2,51% para 2016; -81,22% para 2017; 0,56% para 2018; e 10,67% para 2019.

Já para o indicado GT (gastos com tributo) nota-se que os valores médios no respectivo períodos foi de: 22,09% para o ano de 2010; 48,72% para 2011; 35,37% para 2012; 15,51% para 2013; 18,87% para 2014; 17,32% para 2015; -27,18% para 2016; -1,74% para 2017; -12,31% para 2018; e 11,94% para 2019

Em seguida, em relação a GRCT (gastos com remuneração de capital de terceiros), os valores médios foram: 23,01% para ano de 2010; 43,42% para 2011; 74,99% para 2012; 58,17% para 2013; -156,82% para 2014; 336,12% para 2015; -42,59% para 2016; 0,52% para 2017; -

57,01% para 2018; e 2,51% para 2019.

Por fim, o GRCP (gasto com remuneração de capitais próprios), verifica-se que o valor médio do setor para o período foi de: 33,70% para para ano de 2010; -34,76% para 2011; -54,57% para 2012; -1,48% para 2013; 227,90% para 2014; -278,68% para 2015; 195,42% para 2016; 181,13% para 2017; 168,76% para 2018; e 74,88% para 2019.

Assim, como base nas informações apresentadas neste estudo, pode-se afirmar que no período de 2010 a 2019 a metade da riqueza gerada do setor de construção civil foi distribuída com GRCP (gasto com remuneração de capitais próprios), cuja média nesse período foi de 50,4%.

Já a destinação de segunda maior parcela da riqueza gerada foi para GRCT (gastos com remuneração de capital de terceiros) onde a média no período é de 27,8%. Seguido pelo GT (gasto com tributos) cuja média no período analisado foi 12,7%. Por fim, a vertente que recebeu a menor parte foi GP (gasto com pessoal), cuja média foi de 9,1%.

Por tratar de uma pesquisa científica, o presente estudo demonstra algumas limitações. Sendo algumas delas: a escolha das empresas do setor de construção civil e o recorte temporal. Entretanto, as limitações podem servir de possibilidades para novos estudos. Assim, para pesquisas futuras, sugere-se o desenvolvimento de pesquisas semelhantes a esta, porém analisando outros setores da economia.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, C. L.; LORANDI, J. A. Demonstração do valor adicionado: um estudo bibliométrico nas revistas nacionais e internacionais de contabilidade. In: Congresso ANPCONT, 5º, 2011, Vitória. **Anais...** Vitoria: ANPCONT, 2011.

ANDERSON, David R.; SWEENEY, Dennis J.; WILLLIANS, Thomas A. **Estatística Aplicada à Administração e Economia**. 2.ed. –São Paulo: Cengage Learning, 2008.

BAO, Bem-Hsien; BAO, Da-Hsien. Usefulness of value added and abnormal economic earnings: an empirical examination. **Journal of Business Finance & Accounting**, v. 25, n.1-2, p. 251-264, 1998.

COSENZA, J. P.; VIEIRA, S. M. Utilidade da Demonstração do Valor Adicionado na Evidenciação do Valor Econômico das Empresas. **Recont: Registro Contábil**, 4(1), p. 127-140, 2013.

COSENZA, J. P. A eficácia informativa da Demonstração do Valor Adicionado. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, 7-29. Edição Comemorativa, out. 2003.

COUTO, Márcia Helena de Andrade. **Demonstração contábil do valor adicionado – DVA: um instrumento de mensuração da distribuição da riqueza das empresas para os funcionários**. 2002. 255 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da. **VALUE RELEVANCE DO VALOR DISTRIBUÍDO DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: ANÁLISE NO MERCADO BRASILEIRO À LUZ DA TEORIA DOS *STAKEHOLDERS* E *SHAREHOLDERS***. 2020. 73 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Faculdade Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. Goiás: Universidade Federal de Goiás, 2020.

CURSINO, A. M. de C.; ARAÚJO, G. A.; BRESSAN, V. G. F.; PINHEIRO, L. E.T.; AVELINO, B.C. Formação de Clusters por Índices de Geração e Distribuição de Riqueza: Uma Análise a Partir da Demonstração do Valor Adicionado. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, São Paulo, SP, Brasil, 2022. **Anais [...]**, São Paulo, SP, Brasil, 2020.

DALLABONA, L. F.; MASCARELLO, G.; KROETZ, M. Relação entre os indicadores de desempenho e o valor adicionado distribuído aos agentes colaboradores de empresas listadas na BM&FBovespa. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 13, n. 39, p. 49-63, 2014.

GELBECKE, E. R.; SANTOS, A.; IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GONÇALVES PEREIRA, L. M. de M. .; SANTOS, R. A. .; BONFIM, M. P. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: UMA ANÁLISE NA DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA GERADA PELAS EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA ELÉTRICA. **Revista Conhecimento Contábil**, [S. l.], v. 11, n. 01, 2021.

GOULART, M.; FERREIRA, F. L.; ARAUJO, A. R. M.; FERREIRA, D. D. M. Distribuição de Riqueza aos Agentes Econômicos da DVA: Um Olhar Sobre o Ranking das “Melhores Empresas Para Trabalhar em 2016, 2015 e 2014”. **Revista Capital Científico-Eletrônica (RCCe)**-ISSN 2177-4153, v. 17, n. 1, p. 42-58, 2019.

GUESSER, A. P. G.; FEDRIGO, J.; EINSWEILLER, A. C. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: A EVOLUÇÃO E A DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA DAS EMPRESAS CATARINENSES LISTADAS NA BM&FBovespa. **REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - ISSN 2176-9036**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 200–222, 2018.

HOSSER, C.; FERREIRA, L. N.; SOARES, I. T. D.; KARNOPP, N. V. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA): DISTRIBUIÇÃO DAS RIQUEZAS DAS EMPRESAS LISTADAS NOS NÍVEIS 1 E 2 DA B3. **SINERGIA - Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 9–22, 2020.

KEIRA, R. R.; PEREIRA, C. A. Um estudo sobre os indicadores de desempenho aplicados no e-commerce sob a ótica do Balanced Scorecard. In: Congresso de Iniciação Científica, 7º, 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2010. CD-ROM.

KREUZBERG, Fernanda; HEIN, Nelson; RODRIGUES JUNIOR, Moacir Manoel. Teoria dos Jogos: Identificação do Ponto de Equilíbrio de Nash em Jogos Bimatriciais em Indicadores Econômicos e Sociais. **Future Studies Research Journal: Trends & Strategies**, v. 7, n. 2, 2015.

KROETZ, C. E. S.; NEUMANN, M. Responsabilidade social e a demonstração do valor adicionado. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 6, n. 11, p. 153-178, 2008.

LONDERO, P. R.; STANZANI, L. M. L.; SANTOS, A. D. Uma Análise da Contribuição

Econômica e Social das Cooperativas Agropecuárias Brasileiras pela Demonstração do Valor Adicionado. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, 13(3), 291- 309, 2019.

MACHADO, M. A. V.; MACEDO, M. A. S.; MACHADO, M. R. Análise da relevância do conteúdo informacional da DVA no mercado brasileiro de capitais. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 26, n. 67, p. 57-69, 2015.

NEVES, L. de L.; MACIEL, S. de A.; SANTOS, E. A. dos. Demonstração do valor adicionado: uma revisão da literatura nas pesquisas brasileiras. **CONTABILOMETRIA - Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting**, Monte Carmelo, v. 9, n. 2, p. 1- 17, jul.-dez./2022.

OLIVEIRA, I. A. F.; COELHO, A. C. D. Impacto da Divulgação Obrigatória da DVA: Evidencia em Indicadores Financeiros. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, 2(3), 41–55, 2014.

RIAHI-BELKAOUI, Ahmed. **Value Added reporting and research: state of the art** In: RIAHI-BELKAOUI, Ahmed. *The story behind value added reporting*. Westport: Quorum Books, 1999, pp. 1-16.

RICARTE, J. G. Demonstração do Valor Adicionado. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 4, n. 10, dez./mar., 2005.

SANTOS, A. A.; BOTINHA, R. A.; LEMES, S. Análise da *value relevance* da demonstração do valor adicionado nos níveis diferenciados de governança corporativa da BM&FBOVESPA. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis v. 18, n. 2019, p. 1-16, 2019.

SANTOS, A. **Demonstração do Valor Adicionado: Como elaborar e analisar a DVA**. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, J. F. da; SILVEIRA, F. A. V.; RIBEIRO, A. W. de A.; FERNANDES, A. J. VERIFICAÇÃO DA GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA DAS EMPRESAS DE SEGUROS BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 2015 A 2017. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 129–147, 2020.

SOUSA, T. S.; FARIA, J. A. Demonstração do Valor Adicionado (DVA): Uma Análise da Geração e Distribuição de Riquezas das Empresas Listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)-B3 . **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 8, n. 2, p. 137-154, 2018.

SUOJANEN, Waino W. Accounting theory and the large corporation. **The Accounting Review**. 1954.

VAN STADEN, C. J. **The value added statement: bastion of social reporting or dinosaur of financial reporting?** Palmerston North, NZ: School of Accountancy, Massey University, 2000.